

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne resultados de relevantes pesquisas frutos de dissertações de mestrados e teses de doutorado desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus Marília. Os textos compreendem estudos de cunho histórico articulados a duas linhas de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educativas (GEPCIE): História da Educação Rural e História do Ensino Secundário. O cenário de fundo é a problematização das desigualdades regionais e educacionais que têm marcado fortemente a trajetória da escola pública no país.

A atenção dada à educação rural não é por acaso. Há muito secundarizada nas pesquisas em Educação e em História da Educação, a escolarização dos trabalhadores do campo vem ganhando visibilidade maior nas últimas duas décadas. No campo da História da Educação, muito contribuíram os estudos sobre a história da escola primária que pôs em relevo os diferentes tipos de escolas que atenderam diferentes grupos sociais. No início da década de 2000, o interesse dos historiadores da educação se voltou para a institucionalização da escola primária e a criação dos grupos escolares nos diferentes estados brasileiros. O debate acerca dessa produção assinalou o quanto foi lenta a expansão desse tipo de escola moderna, mesmo nas áreas urbanas de muitas regiões brasileiras. As pesquisas indicaram que a escola isolada urbana e rural foi, em muitos casos, a responsável pela escolarização de boa parte das crianças brasileiras que tiveram acesso à escola na primeira metade do século XX.¹

¹ Ver, entre outros: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Carlos Ferreira; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Orgs.). *História da Escola Primária no Brasil: Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional*. Aracaju: EDISE, 2015. Souza, Pinheiro, Lopes, 2015; Souza, Bencostta, Silva, 2018; Furtado, Schelbauer, Corrêa, 2019; SOUZA, R. F.; BENCOSTTA, M. L.; SILVA, V. L. G. *Imagens da escola primária no Brasil (1920-1960)*. Florianópolis: Udesc, 2018, 179 p.;

A educação rural tornou-se, portanto, um objeto de pesquisa incontornável. Uma importante historiografia sobre o tema vem sendo produzida nos últimos anos, como têm apontando os balanços bibliográficos realizados por (ÁVILA, 2018; LIMA, 2020; COSTA; SOUZA-CHALоба, 2020). Além das escolas isoladas e das políticas para a expansão da educação rural, outros temas foram visitados como as Escolas Normais Rurais e a circulação de ideias e modelos para a educação rural no país e em perspectiva transnacional.

Vale reconhecer a importância que teve para o fortalecimento dessa linha de investigação o projeto em rede nacional intitulado *Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)* que objetivou analisar a profissionalização docente no Brasil buscando compreender as políticas públicas empreendidas em âmbito nacional e estadual para a formação do magistério rural e as formas de recrutamento, carreira, salários e condições de trabalho das professoras (res) que atuaram nas escolas primárias rurais. O projeto contou com o financiamento do CNPq e a equipe de trabalho foi constituída por pesquisadores doutores e estudantes de pós-graduação e de graduação de 18 (dezoito) instituições de ensino superior brasileiras (UNESP-SP, UNISANTOS, UFU-MG, UEM-PR, PUC-PR, UFGD – MS, UFMT – MT, UFRRJ-RJ, UFPI-PI, UFPB-PB, UPE-PE, UFPE – PE, UNIR-RO, UPE-PE, UNIT-SE, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui – SP, IFMA-MA, UCS-RS).²

Os textos reunidos neste livro que tratam da educação rural estão vinculados ao referido projeto de pesquisa. Parte dos trabalhos se dedicaram à formação dos professores rurais no estado de São Paulo e parte aos modelos, conhecimentos e ideias que circularam no Brasil e no exterior.

O segundo conjunto de textos que compõem esta coletânea incidem sobre a história do ensino secundário no Brasil. Nível de ensino destinado à formação das elites até meados do século XX, a expansão e democratização do secundário foi lenta e desigual. No grupo de estudos GEPCIE, a investigação sobre o secundário tem priorizado aspectos da expansão examinada

FURTADO, A. C.; SCHELBAUER, A. R.; CORRÊA, R. L. T. (orgs.). Itinerários e singularidades da institucionalização da escola primária no Brasil (1930-1961). Maringá: UEM, 2019.

² Projeto financiado pelo CNPq (Processo n° 405240/2016-3, vigência 19/06/2017 a 18/06/2020) e coordenado por Rosa Fátima de Souza Chaloba.

na perspectiva dos atores políticos, especialmente os deputados responsáveis pela apresentação de projetos de lei para criação de escolas nas respectivas Assembleias Legislativas Estaduais. São Paulo foi um dos primeiros estados do país a impulsionar a expansão dos ginásios e colégios públicos a partir da década de 1940. A expansão neste estado foi sem precedentes para a época e contou com a participação dos atores políticos em âmbito estadual e municipal. Em outros estados brasileiros, como Pernambuco, esta expansão foi significativamente mais lenta e dependeu muito da ação dos municípios.

É desses contrastes e diferenças que se nutre este livro.

O primeiro capítulo “As Escolas Normais Regionais no Piauí e a Formação Ofertada para os Professores Rurais de 1940 a 1960”, apresenta um recorte da tese de doutorado da autora Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana. O foco está na análise da formação de professores nas Escolas Normais Regionais no Piauí durante as décadas de 1940 e 1960. A pesquisa explora o contexto de surgimento da primeira Escola Normal Regional no Piauí, bem como a formação oferecida nessa instituição. O estudo destaca o papel dessas escolas como estratégia para aumentar a escolarização da população rural, que não tinha condições de buscar ensino secundário em outros estados.

No segundo capítulo “A Interiorização das Escolas Normais Rurais e Regionais no Estado de Pernambuco, Entre 1928 e 1946”, a autora Manuela Garcia de Oliveira investiga a história da formação de professores primários rurais em Pernambuco durante as décadas de 1928 a 1946. O capítulo aborda as políticas de instalação das Escolas Normais Rurais e Regionais no estado, contextualizando-as com eventos históricos dos governos de Getúlio Vargas. A pesquisa utiliza uma variedade de fontes documentais para analisar o processo de implementação dessas escolas e sua contribuição para a formação de professores no meio rural.

Saindo do nordeste e indo para os ares paulistanos, o terceiro capítulo “Contando Histórias: Narrativas de Professores Rurais como Fonte de Pesquisa no Campo da História da Educação (1940 a 1970)”, de Noely Costa Dias Garcia, apresenta os resultados de uma investigação sobre a história da formação, ingresso e trabalho de professores de escolas primárias rurais em São José do Rio Preto/SP, no período entre 1940 e 1970. O estudo utiliza

abordagens da história oral e analisa as narrativas de professores rurais como fonte de pesquisa. Os resultados destacam a formação inicial dos professores no curso normal, as dificuldades enfrentadas no trabalho com classes multisseriadas e a construção da prática pedagógica no meio rural ao longo do tempo.

O quarto capítulo “Os Congressos Normalistas de Educação Rural e a Formação de Professores Primários Rurais Paulistas (1945 a 1951)” de Kamila Cristina Evaristo Leite, trata dos Congressos Normalistas de Educação Rural que ocorreram em São Paulo entre 1945 e 1951, analisando as discussões sobre a formação de professores para escolas primárias rurais. Os congressistas reconheciam a importância de reorganizar os programas de ensino das escolas normais para incluir saberes agrícolas, como noções de agricultura, e discutiam formas alternativas de capacitação, como cursos de especialização agrícola e cursos rápidos de férias. Sugeriu-se também a criação de Escolas Normais Rurais como uma experiência para avaliar sua real necessidade. Os congressos foram fundamentais para discutir a formação docente rural em São Paulo, envolvendo tanto professores em formação como professores das escolas normais.

No quinto capítulo dessa coletânea temos o trabalho dos autores Rony Rei do Nascimento Silva, Ilka Miglio de Mesquita e Ana Clara Bortoleto Nery, ‘Os Pés Descalços do Rurícola’: As Recomendações da UNESCO para a Educação Rural no Brasil e México (1936 - 1958)”, no qual analisam como as recomendações da UNESCO entre 1936 e 1958 influenciaram as políticas de educação rural no Brasil e no México. Utilizando a metodologia da História Conectada, o texto destaca a circulação de modelos pedagógicos entre esses países, com base em pesquisa documental e bibliográfica. Os autores concluem que a aproximação histórica entre a UNESCO, Brasil e México evidenciou as concepções defendidas por meio das recomendações, abordando temas como administração, organização, currículos, recursos para educação pós-primária, pessoal docente e cooperação internacional.

Carlos Alberto Diniz, no sexto capítulo, no texto “Sobre o estudo da Expansão dos Ginásios Estaduais no Estado de São Paulo entre os anos de 1930 e 1971: procedimentos metodológicos de pesquisa”, chama a atenção para o processo de expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo, iniciado na década de 1930, que segundo ele, foi algo impressionante e inédito

até então na história da educação brasileira. Entre os anos de 1930 e 1947 foram criados 58 ginásios em diversos municípios do interior paulista, com a contrapartida material dos municípios e a participação dos Interventores Federais. Tal processo, acentuado extraordinariamente após o fim da ditadura Vargas com o restabelecimento do Poder Legislativo e, por conseguinte, da ação dos deputados estaduais que viam na escola secundária uma grande oportunidade política, possibilitou a criação de 74 ginásios públicos nas mais diversas localidades paulistas entre 14 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1963. Já entre 31 de março de 1963 a 15 de março de 1971, período marcado precipuamente pelo início da ditadura militar, foram criadas cerca de 1.106 escolas públicas estaduais de ensino médio, desse montante, 502 ginásios e 320 colégios. Dito isto, este texto discute os procedimentos metodológicos adotados no mapeamento que realizamos acerca da expansão da rede de ginásio públicos paulistas entre os anos de 1930 e 1971, período marcado por mudanças profundas no ordenamento político. Para tanto, recorremos ao arcabouço teórico da Nova História Política, além do trabalho de Pierre Bourdieu sobre a noção de campo. Entre os resultados desse estudo podemos apontar o ritmo acelerado – e em boa parte desordenado – da expansão do ensino secundário paulista, marcado especialmente pelo sobrepujamento do critério político em detrimento de critérios educacionais e demográficos.

Tiago Rodrigues da Silva e Rosa Fátima de Souza Chaloba, no sétimo capítulo traz o texto “Entre a tradição e a renovação: percurso da disciplina escolar história natural e biologia no ensino secundário (1946-1961)”, que discute a produção da disciplina escolar história natural e biologia na escola secundária entre os anos de 1942 a 1961, a partir dos debates na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foi realizada uma pesquisa documental, utilizando como fontes os programas de ensino, legislação, texto da época e artigos da Revista *Ciência e Cultura*, periódico oficial do SBPC. Houve uma forte presença de biólogos e professores que formavam uma comunidade disciplinar que privilegiava o ensino de biologia, com ênfase na Biologia Geral, Zoologia e Botânica, em detrimento do ensino de história natural, que incluía a Mineralogia e Geologia no currículo oficial de 1946 e 1951. A partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, os autores observam a construção de um currículo vinculado com as Ciências Biológicas. A pesquisa

contribui na compreensão das disputas e debates pelo ensino de história natural e biologia em meados do século XX.

No capítulo oito, a pesquisa de Kalline Laira Lima dos Santos e Rosa Fátima de Souza Chaloba, *Ensino Secundário em Pernambuco: reflexões sobre identidade, políticas e projetos educacionais (1955-1969)*, explora o discurso do educador Aderbal Jurema sobre a necessidade de reforma educacional no ensino secundário em Pernambuco nos anos 1950, juntamente com os projetos realizados pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Estes projetos incluem um grupo experimental de orientação profissional com alunos do Colégio Estadual de Pernambuco e um levantamento de dados sobre o ensino técnico na região, visando identificar áreas com maior demanda por escolas e programas.

Rosa Fátima de Souza Chaloba

Referências

ÁVILA, Virgínia P. da S. Educação em perspectiva histórica. **Pensar a Educação em Revista**, ano 4, v. 4, n. 2, jul./set., 2018. Disponível em: [EDUCAÇÃO-RURAL-EM-PERSPECTIVA-HISTÓRICA.pdf](#) ([pensaraeducacao.com.br](#)). Acesso em: 27 ago. 2022.

COSTA, Odaleia Alves; SOUZA-CHALLOBA, Rosa Fátima. A produção sobre formação e trabalho de professores rurais em dissertações e teses (2001-2018). In: SOUZA-CHALLOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Marcioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. (org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 81-111.

LIMA, Sandra C. Fagundes. Balanço da produção sobre o tema formação e trabalho de professores rurais nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE): 2000-2007. In: SOUZA-CHALLOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Marcioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de. (org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 45-80.